

APROXIMAÇÃO
AO CAMPO DA SAÚDE
INDÍGENA E O FA
ETNOGRÁFICO DE
PUYANAWA ANTROPÓLO

APROXIMAÇÕES
AO CAMPO DA SAÚDE
INDÍGENA E O FAZER
ETNOGRÁFICO DE UM
PUYANAWA ANTROPÓLOGO

JÓSIMO PUYANAWA (PUHKU)

MUSEU NACIONAL (UFRJ)

APROXIMAÇÕES AO CAMPO DA SAÚDE INDÍGENA E O FAZER ETNOGRÁFICO DE UM PUYANAWA ANTROPÓLOGO

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os procedimentos terapêuticos vivenciados por minha mãe que é uma indígena da etnia Puyanawa e seu atendimento na Casa de Saúde Indígena (CASAI) de Mâncio Lima. A análise é uma constatação de um reflexo desde o período do cativo que deixou enormes sequelas que se alastram até os dias de hoje e minha mãe é uma refém dessas lembranças amargas, pois sofre cotidianamente com as várias enfermidades que surgiram neste período. Minha mãe tem se esforçado duramente pela sobrevivência, recorreu e recorre as nossas práticas médicas tradicionais, mas as medicinas tradicionais não estão mais sanando as enfermidades desconhecidas. Por isso, ela necessariamente precisa recorrer ao atendimento da saúde estatal que foi desenvolvida para os povos indígenas, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde indígena (SASI), esse último tem na sua rede a Casa de Saúde Indígena. Assim, a análise aqui é o caminho percorrido por minha mãe desde quando ela saiu da aldeia e seguindo para a Casa de Saúde Indígena em Mâncio Lima e os hospitais do SUS.

Palavras-chave: povos indígenas, saúde, etnografia.

APPROACHES TO THE FIELD OF INDIGENOUS HEALTH AND THE ETHNOGRAPHIC MAKING OF A PUYANAWA ANTHROPOLOGIST

Abstract

This manuscript aims to analyze the therapeutic procedures experienced by my mother, who is a Puyanawa indigenous woman, and her attendance at the Indigenous Health House (CASAI) in Mâncio Lima. The analysis is a finding of a reflection from the period of the captivity that left enormous sequels that spread to the present day and my mother is a hostage of these bitter memories, since she suffers daily with the several diseases that arose in that period. My mother has been struggling for survival, she resorted and continues to resort to our traditional medical practices, but traditional medicines are no longer healing

the unknown diseases, so she must necessarily resort to the state health care that was developed for indigenous peoples, the Unified Health System (SUS) and the Indigenous Health Subsystem (SASI), the latter having in its network the Indigenous Health House. Thus, the analysis here is the path she has traveled since she leaves the village and goes to the Indigenous Health House in Mâncio Lima and the SUS hospitals.

Keywords: indigenous peoples, health, ethnography.

APROXIMACIONES AL CAMPO DE LA SALUD INDÍGENA Y AL QUEHACER ETNOGRÁFICO DE UN ANTROPÓLOGO PUYANAWA

Resumen

Este trabajo tiene por objetivo analizar los procedimientos terapéuticos vivenciado por mi madre que es indígena de la etnia Puyanawa, y la atención que recibe en la Casa de Salud Indígena (CASAI) de Mâncio Lima. El análisis hace contabilidad de un reflejo del periodo del cautiverio que dejó enormes secuelas hasta los días de hoy, y mi madre es rehén de esos recuerdos amargos, pues sufre cotidianamente de las enfermedades varias que surgieron en ese periodo. Mi madre se ha esforzado arduamente por la sobrevivencia, recurrió y recurre a nuestras prácticas médicas tradicionales, pero las medicinas tradicionales no están curando las enfermedades desconocidas, por eso, ella necesariamente acude a la atención de la salud estatal que fue desarrollada para los pueblos indígenas, el Sistema Único de Salud (SUS) y el Sistema de Salud Indígena (SASI). Este último acoge a la Casa de Salud Indígena en su red. Así, el análisis aquí propuesto es el camino recorrido por mi madre desde que salió de la aldea hacia la Casa de Salud Indígena en Mâncio Lima y los hospitales del SUS.

Palabras clave: Pueblos indígenas, salud, etnografía.

Jósimo Puyanawa (Puhku)
josimo.constant@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sou um indígena da etnia *Puyanawa* e meu objetivo neste trabalho é apresentar reflexões iniciais sobre o campo da saúde indígena que realizei ao acompanhar a minha mãe que vive na aldeia Barão, localizada na Terra Indígena *Puyanawa*, até as Casas de Saúde Indígena de Mâncio Lima e de Rio Branco (AC). Contarei toda essa história me apropriando do fazer etnográfico. Sou *Tãdaya*, sou um *Puyanawa*, e venho apresentar um pouco do contexto de vida de meu povo a partir das potencialidades que a antropologia permite. Venho expressar as palavras do mestre Gersem Baniwa, em dizer que a antropologia é como uma “lente multifocal, multidimensional e multicósmica” que possibilita ao indígena ver, apresentar e discutir questões que o fazer antropológico de alguns não consegue ou não quer discutir, porque esses apresentam outras formas, propósitos e ângulos (Baniwa 2014). O encontro etnográfico de um indígena antropólogo e seu povo supõe ter as formas de conhecer o mundo de seu povo aliado ao conhecimento antropológico. Assim, estudar a antropologia foi acompanhado por aprofundamento das técnicas de uso do rapé e da ayuhasca, todos os meus sentidos deveriam estar aliados neste meu processo formativo no mundo dos não-indígenas. Esse encontro etnográfico também deve supor a crítica ao processo colonial, às desigualdades que se instauraram entre os povos indígenas que usurparam seu território e os fizeram adoecer e morrer. O conhecimento antropológico foi formulado por este poder colonial em sua origem,

mas, hoje, vejo-o sendo subvertido, revisto e reatualizado.

Os povos indígenas, no Brasil, vivenciam um contínuo processo de transformação com repercussão nas formas de interação, nas práticas de cuidado localizadas, no manejo do seu território e nas técnicas de subsistência. Estamos ocupando novos espaços no ambiente das políticas internas e externas e no mercado de trabalho. O desafio está em refletir sobre como fazer isso e sobre as implicações desse processo em nossas comunidades. No campo da saúde não foi diferente, no Brasil, conseguimos estar incluídos no direito à saúde com nossas especificidades sendo respeitadas na forma da lei, mas os desafios são imensos para fazer valer este direito.

Após a Constituição de 1988, foi garantido o direito à saúde universal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). E, em 1999, foi implantado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), o qual deve estar conectado com o SUS. O SASI deve prestar atendimento a toda população aldeada em terras indígenas e está organizado em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Estes se caracterizaram como uma rede interconectada de serviços de saúde, que liga os territórios indígenas aos serviços de saúde nos centros urbanos (Garnelo 2012). Especialmente, está voltado para oferecer cuidados de atenção básica à saúde adequada às necessidades dos grupos indígenas em suas Terras Indígenas. Algumas das ações que devem ser realizadas nas Terras Indígenas são: prevenção de doenças por meio de vacinação, sane-

amento e outros cuidados, monitoramento das condições de alimentação, nutrição, e saúde ambiental, educação em saúde, remoções de emergência e outros serviços que contribuam para o bem-estar dos grupos étnicos atendidos no subsistema (Santos & Coimbra 2008). Quando os problemas de saúde não são resolvidos na comunidade por meio de técnicas médicas indígenas ou atuação da equipe de saúde local, essas pessoas são deslocadas para a cidade, onde realizam tratamento, assim elas seguem do SASI para o SUS. O SASI e o SUS devem estar articulados em uma rede que possa atender aos povos indígenas observando os contextos diversos onde se encontram. Nas idas aos centros urbanos para adentrar os serviços do SUS, os indígenas acessam as Casas de Saúde Indígena (CASAIs), que têm como principal função realizar a hospedagem daqueles que irão fazer algum tratamento e seus acompanhantes. Importante mencionar que o SASI veio de uma mobilização indígena para garantir o direito à saúde aos povos indígenas, tendo em vista que, após o SUS, os serviços de saúde ainda não alcançavam a vida dos indígenas. A questão, agora, é saber como os indígenas vivenciam esse direito, como é o caso dos *Puyanawa*, e algumas questões surgem: de fato somos respeitados em nossa especificidade; somos devidamente atendidos; as tecnologias de saúde nos alcançam? O que significa para um indígena realizar um tratamento na cidade? A história que pretendo contar será uma reflexão sobre esses questionamentos.

Sou filho do senhor Jorge Constant, *Poitx* e Enedina Rosa da Costa, *Txubé*, sou o filho mais novo de quatro irmãs. Sou da aldeia Barão do Rio Branco, localizada na Terra Indígena *Puyanawa*, onde se encontra também a aldeia Ipiranga. Minha Terra Indígena está localizada no município de Mâncio Lima, estado do Acre.

Durante o período que estive fazendo essa pesquisa com meu povo *Puyanawa*, sempre estive ouvindo e escutando os mais velhos. Não fiz uma entrevista com minha mãe como fiz com os outros, mas estava ao seu lado no momento quando foi realizar o tratamento na cidade, me compadeci muito com sua história de vida. O objetivo deste trabalho é descrever como foi minha ida com minha mãe às CASAIs de Mâncio Lima e Rio Branco, discutir como é executado parte desse processo de atendimento aos povos indígenas e analisar a vida de um *Puyanawa* quando sai da aldeia e recorre ao tratamento científico que é desenvolvido na cidade e com profissionais de saúde não-indígenas.

SOBRE MEU POVO

O povo *Puyanawa/Puyavakevu* (gente do sapo) é uma etnia indígena que antes da chegada dos exploradores da borracha, habitavam as margens do Rio Juruá. Segundo os mais velhos, os *Puyanaw* derivam da junção do sapo e da folha. Acreditamos que somos descendentes do sapo que virou gente. Desta forma, *Puya* + *náva* quer dizer povo ou gente do sapo. A folha de embaúba foi machucada, soprada

e apareceu muita gente. A folha de embaúba parecia com cabelo negro bem agarradinho. A mesma coisa foi feita com uma capemba que apodreceu. Quando apodreceu, viraram gente e se chamaram *Puyadawa*. Outra capemba apodreceu e viraram tudo sapo, sapinho miúdo. Assim, somos *Puyanawa*, sapo que virou gente. Após a chegada dos exploradores, meus antepassados migraram para uma região chamada Paraná dos Mouras que fica as margens do Rio Mõa. A língua *Puyanawa* é denominada pelos falantes de “*udikui*”, língua verdadeira, é pertencente à família linguística Pano. Hoje em dia, somos cerca de 622 pessoas, vivemos em duas grandes aldeias: a Aldeia Barão do Rio Branco e Aldeia Ipiranga. As duas aldeias são separadas apenas por um Igarapé que chamamos de *Behkua*. Ambas estão situadas no município de Mâncio Lima, as margens do Rio Mõa e Japiim, próximo à fronteira com o Peru.

Nossa história é marcada pela presença do coronel da borracha denominado de Mâncio Lima, o qual dá nome ao município, triste denominação, pois este homem explorou meu povo, usurpou nosso território e tentou nos dominar como mão de obra escrava, mas resistimos e conseguimos a demarcação da nossa Terra Indígena e retomar nossas vidas. Vivemos nas mãos desse sujeito o período que denomino de cativo e não “ciclo da borracha” como uma narrativa hegemônica pretende passar. Guardarei a história sobre este sujeito para outro momento.

SOBRE MINHA MÃE E SEU ADOECIMENTO E O TRÂNSITO POR ENTRE INSTÂNCIAS

Desde 2012, minha mãe faz tratamento na capital do Acre, Rio Branco. De seis em seis meses, ela tem que retornar a capital para mostrar seus exames e ser avaliada pelos médicos. Quando cheguei à aldeia, ela me informou que ia fazer esse retorno, o qual seria talvez no mês de janeiro. Havia quase nove meses que ela estava sem fazer o retorno para mostrar seus exames. Uma das dificuldades apontada por ela é a demora que o Polo de Mâncio Lima tem de agendar as consultas. Na lógica dos DESEIs, o Polo é o local que concentra a gestão do atendimento em área, a equipe multiprofissional que deve ser distribuída nos postos indígenas nas comunidades. Eu mesmo presenciei as diversas ligações que ela fez para Rio Branco com o intuito de agendar a consulta por conta própria, em muitas situações, ela ficou alterada e chegou até a falar grosseiramente com os responsáveis que agendam as consultas em Mâncio Lima.

Depois de várias ligações para o Polo da CASAI em Mâncio Lima e para CASAI de Rio Branco, minha mãe finalmente conseguiu agendar a consulta e me informou que iríamos para a CASAI de Mâncio Lima no dia quatorze de fevereiro de 2016, fiquei muito ansioso, pois eu queria conhecer o lugar. Até aquele momento, eu conhecia somente a CASAI de Brasília que é uma instituição diferente das outras CASAIs do Brasil. Essa CASAI recebe indígenas de vários distritos, não estando vinculada a nenhum

distrito em específico. Saímos da aldeia Barão na data citada acima, às 15h, em uma tarde de domingo. Fomos conduzidos pelo motorista Joaquim que mora na própria aldeia Barão. Quando estávamos próximos de chegar, eu avistei o prédio da CASAI em Mâncio Lima, localiza-se em um bairro chamado Guarani, ao longe foi possível ver o imenso muro que fecha o lugar e uma guarita na entrada, ou seja, tinha uma aparência de um sistema de segurança total. Chegamos às 16h.

Logo na entrada, fomos fiscalizados pela segurança que estava na guarita e de lá fomos conduzidos até a sala da coordenação para nos identificarmos. Após a identificação, fiquei olhando a estrutura da CASAI e não nego que aquilo me causou certo incômodo. Fiquei observando os indígenas que ali estavam, a maior parte era de *Ashaninka*, *Kaxinawá*, *Nukini* e alguns *Nawá*. Enquanto minha mãe arrumava nossas coisas e providenciava nossas dormidas, sai andando a observar a CASAI e puxar conversar com alguns indígenas, porém quase todos estavam muito concentrados num lugar parecido com uma oca que fica dentro do terreno da CASAI assistindo ao jogo do Vasco x Flamengo. Minha curiosidade aumentava cada vez mais e puxei assunto com o senhor Oliveira da etnia *Ashaninka* do Rio Breu. Perguntei de onde ele era e o que estava fazendo ali. Oliveira muito tranquilo disse que era do Rio Breu e me chamou para sentarmos em uma das cadeiras que ficava em um dos corredores da CASAI. Fui me sentar juntamente com

o senhor Oliveira, e comecei a notar algumas coisas.

O senhor Oliveira me falou que já estava há mais de três meses em Mâncio Lima, pois tinha ido para fazer uma cirurgia no olho esquerdo e que estava tendo muitas dificuldades para enxergar. Notei uma grande simpatia e alegria nesse senhor, pois esse me falou muito sobre seu povo e como estava sendo passar vários dias fora de casa. A conversa estava sendo muito proveitosa e produtiva, mas chegou o motorista que ia nos levar para a CASAI de Rio Branco e convidou minha mãe e eu para irmos dormir na casa dele que fica na cidade de Cruzeiro do Sul, pois a dormida nesta CASAI estava sendo um problema pela falta de colchões. O motorista explicou que seria melhor porque ficava mais próximo para ele e ele não ia ter que voltar pela madrugada de Cruzeiro do Sul para Mâncio Lima só para pegar eu e minha mãe. Ele é casado com uma *Puyanawa* e é um grande conhecido nosso.

Aceitamos o convite do motorista, pois esse nos seduziu com uma janta na sua casa que ia ser pato cozido. No mesmo momento, minha mãe e eu pegamos nossas coisas e embarcamos no carro do motorista e fomos para a cidade de Cruzeiro do Sul, mas no caminho para casa do motorista, algo havia me deixado incomodado e me deixado curioso, pois eu fiquei muito maravilhado em ver tantos parentes reunidos, mas também fiquei sensibilizado com algumas situações que presenciei. A conquista do SASI e da estrutura das CASAI nas cidades onde se reúnem tantos parentes é de se admirar, mas, ao

mesmo tempo, como as coisas passam a funcionar a partir da conquista deste direito é questionável. As dificuldades da minha mãe em marcar a consulta, os parentes na cidade em uma instituição fechada, isolando-os de tudo da cidade, me causou incômodo. Diante disso, surgiram alguns questionamentos, porque aquele lugar tem que ser fechado daquela forma? Porque somos obrigados a adaptar às regras do lugar? Como se sentem os indígenas ali? Qual a versão dos profissionais de saúde que cuidam dos indígenas?

Na proveitosa conversa que tive com o senhor Oliveira, uma das suas reclamações é de que existe uma proibição quase total de saída para os indígenas, a não ser que tenham que fazer algo de extrema necessidade, exceto nessas situações, as saídas da CASAI só acontecem para as consultas, ou seja, os indígenas que estão na CASAI de Mâncio Lima vivem em um isolamento total com relação à cidade que os rodeia. O autor Goffman (1974) trata das instituições totais como locais onde algumas pessoas estão separadas da sociedade, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Toda instituição total tem tendência para este fechamento, algumas são mais fechadas e outras menos, mas esta porosidade sempre é dada por aqueles que estão “internados”, forçando resistências cotidianas para subverter as regras. O caráter total é simbolizado e ativado pela barreira na relação social com o mundo externo e pelas suas proibições de saída (Goffman 1974: 17). Foi esse tipo de barreira que encontrei em

Mâncio Lima e Rio Branco, os indígenas estavam confinados, dependiam de autorizações dos administradores para saírem.

Pela madrugada, cerca de umas 5 horas da manhã, minha mãe e eu nos levantamos na casa do motorista e nos preparamos para a longa viagem até Rio Branco. O motorista tinha voltado à CASAI de Mâncio Lima porque tinha recebido uma ligação para ir buscar um indígena da etnia *Kaxinawa*. Poucos minutos após minha mãe e eu nos levantarmos, o motorista chegou e, então, saímos rodando Cruzeiro do Sul para pegar mais passageiros, porque algumas pessoas e outros indígenas iam fazer um curso de treinamento em Rio Branco. Depois que a condução da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) recolheu todos os passageiros, partimos para Rio Branco por volta das 7 horas da manhã.

Após uns quarenta minutos que saíramos, paramos no Posto de Saúde da comunidade *Katukina* do Rio Campinas, que fica cerca de 55 quilômetros de Cruzeiro do Sul, porque a BR 364 que faz a ligação entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, passa por dentro da terra indígena *Katukina*, que se dividi em cinco aldeias. Ficamos esperando dentro da VAN, quando embarcaram uma mulher com seu filho de dois anos e o irmão dela. Ouvi claramente uma enfermeira que estava no Posto de Saúde dizer ao entregar algumas coisas para os *Katukina*: “Isso é tudo que podemos fazer e boa viagem”. Ela entregou algumas águas minerais e alguns iogurtes para eles. Iniciamos novamente a viagem, depois

de mais ou menos umas duas horas, algumas pessoas começaram a vomitar dentro da VAN, inclusive minha mãe. O motorista parou um pouco para que as pessoas que estivessem tendo enjoos vomitassem e ficassem melhor para seguir a jornada, pois a situação da estrada era muito ruim.

Fiz várias viagens à capital do Acre, Rio Branco, mas ainda não tinha visto a estrada numa situação tão complicada como aquela. Eram muitos buracos na estrada e fiquei muito preocupado com o trecho e com minha mãe, pois eu sabia que aguentava a viagem, por ser mais novo e ter mais força física. Eu olhava para minha mãe e essa se mostrava muito inquieta com o calor, pois a VAN da SESAI já era adaptada para não abrir as janelas e o ar condicionado dentro dela mal funcionava e sem falar na própria VAN, pois esse transporte não tinha o mínimo de suporte adequado para transportar pacientes indígenas em uma viagem tão longa. Os bancos da VAN eram inclinados para frente e eram duros, não tinham almofadas como outros transportes e não havia como descansar ou dormir nos bancos. Isso estava me incomodando, pois o percurso de Cruzeiro do Sul a Rio Branco é uma viagem de aproximadamente 700 quilômetros, e eu temia que minha mãe sofresse muito durante a viagem.

Ao longo da jornada, tentei dormir, mas era impossível, pois de repente a VAN dava uns solavancos e me acordava, parecia que ia virar ou bater em outros veículos, os quais passavam pela BR 364. Os carros passavam bem próximos do nosso transporte, a estra-

da apresentava situações terríveis de tráfego. Fiquei prestando atenção na criança *Katukina*, ela não chorou em nenhum momento. Quando estávamos próximos do município de Feijó por volta das duas horas da tarde, o motorista disse que íamos parar para almoçar. Descemos em um desses restaurantes à beira de estrada e fomos almoçar, havia muitos caminhoneiros almoçando. Sentamos em uma mesa no restaurante e pedimos a comida, mas antes disso acontecer a minha mãe falou que os *Katukina* haviam ficado dentro da VAN, pois eles não tinham dinheiro para almoçar. Minha mãe e eu ficamos muito comovidos com a situação deles, eu descii na estrada e fui chamá-los para almoçar.

Eles disseram que não tinham dinheiro, então falei que minha mãe e eu íamos pagar o almoço deles. Eles ficaram muito felizes e foram almoçar conosco. Eles estavam com fome, o irmão da mulher se chama Erivaldo, tinha 24 anos. Conversei muito com ele, que me disse que constantemente ia à Rio Branco com sua esposa, mas dessa vez a esposa dele já estava lá internada em um hospital com uma doença no pescoço. Pensei comigo mesmo, se ele vai constantemente à Rio Branco, será que todas as vezes que ele vai, ele não leva nenhum dinheiro e passa o dia todo sem comer? Isso ficou me martelando por vários dias após esta viagem. Depois de almoçarmos, retornamos à VAN e reiniciamos nosso percurso rumo à Rio Branco. Aqui e acolá, o motorista parava o veículo para irmos ao banheiro ou até mesmo para lanchar, não nego que aquilo me causava

certa agonia, pois eu queria mesmo era chegar em Rio Branco e conhecer a tão famosa CASAI.

Passamos por vários municípios do Acre, como Tarauacá, Feijó, Senador Guiomard, Sena Madureira entre outros. Por volta das 19h30, chegamos à Rio Branco, mas ainda não foi um alívio porque vagorosamente o motorista saiu deixando as pessoas da VAN em alguns lugares para depois irmos à CASAI. Também, chegar à Rio Branco, não significava que estávamos próximo à CASAI. Eu ficava cada vez mais angustiado porque meu celular estava sem crédito e eu tinha que ligar para algumas pessoas e também estava louco para poder tomar um bom banho. O motorista me informou que a CASAI tinha mudado de lugar e que ficava em outro bairro mais distante da antiga CASAI.

Depois de rodar por vários lugares deixando alguns passageiros, chegamos à CASAI, e novamente fiquei assustado com o tamanho do muro que cercava aquela instituição. Na entrada desta, também, havia uma guarita parecida com a CASAI de Mâncio Lima, mas tinha mais guardas. Seguimos o mesmo procedimento de identificação e a assistente, técnica em enfermagem, perguntou-nos se tínhamos levado rede, porque havia apenas colchões e cortinados, mas não tinha onde armar os cortinados e isso era um sério problema. Na entrada da sala da coordenação havia uma criança que minha mãe falou que já estava lá há vários meses, notei que aquela criança estava muito doente. Aliás, na entrada, notei a aparência adoecida de muitos indígenas.

Depois da identificação, minha mãe e eu fomos para o quarto e, nesse quarto, havia cerca de uns vinte e cinco indígenas todos da etnia *Kaxinawa* incluindo homens, mulheres, adolescentes crianças e bebês de colo. Notei que a etnia que mais estava presente era os *Kaxinawa*, estes estavam em grande número nos quartos da CASAI. Eu estava louco para tomar banho, mas uma das surpresas que tive foi à falta de água, pois naquele momento não havia água nos chuveiros. Minha mãe me chamou para irmos até a cozinha atrás de comida, eu fui, mas já havia encerrado o horário da janta porque chegamos cerca de uma 20h30. Eles avisaram que 21h haveria a “merenda.” Mesmo assim nos deram uma janta em pequenos marmitex.

Depois de jantar, minha mãe foi à coordenação pedir para que eles dessem um jeito para poder ligar a água, e cerca de meia hora depois a água começou a funcionar novamente. Fui tomar banho e notei que existiam apenas dois chuveiros para todos que estavam naquele quarto e também era apenas um banheiro de uso. Fiquei espantado quando minha mãe me falou que todos usavam aqueles dois chuveiros e somente aquele banheiro. Minha mãe me disse para tomar banho rápido porque a água era um problema na CASAI e costumava faltar muito rápido. Após o banho fui a um salão que fica na frente da cozinha, onde vários indígenas estavam assistindo televisão lá e eu queria me aproximar mais dos parentes e conhecer o sistema operacional da CASAI. Meu celular virou algo exótico para alguns

indígenas que ali estavam e também continuei conversando com o parente Erivaldo *Katukina* e alguns indígenas da etnia *Apurinã* do Amazonas, no qual esses me convidaram para tomar o rapé deles. Aproveitei para me descontraí um pouco e brincar com as crianças que ali estavam. Por volta das 23h30, fui para o quarto dormir, ou melhor, tentar dormir.

Ao chegar ao quarto, minha mãe já estava deitada e alguns indígenas também. Eu estava muito cansado e queria dormir, mas notei que os problemas estavam apenas começando. Era um quarto de mais ou menos 10 metros de comprimento por 8 de largura, e havia poucos ventiladores. Nesse quarto, como em todos os outros, dormem mulheres, homens e crianças. Deitei-me em um colchão próximo de minha mãe e tentei dormir. O calor era insuportável, depois de alguns minutos deitado, eu fui ao banheiro novamente para tomar banho. Outro grande problema que notei, foi a forte presença de pernilongos, pois passei a noite inteira matando pernilongos e tentando me abanar.

Foi uma noite terrível, pois peguei no sono apenas pela madrugada por volta das 5h00 da manhã. Levantei cedo porque minha mãe e eu fomos pedir aos coordenadores que nos liberassem para irmos ao centro de Rio Branco comprar algumas coisas. Num primeiro momento, eles não quiseram nos deixar sair, mas depois de muita insistência conseguimos ser liberados. Os coordenadores colocaram várias condições para nos deixar sair. Fomos ao centro, compramos algumas coisas

e voltamos à CASAI por volta de 12h. Aproveitei para conhecer mais o lugar, conversar com os parentes que ali estavam e também dormir um pouco.

Eu nem almocei nesse dia, pois estava muito cansado e com muito sono. Quando achei que ia dormir bem, várias moscas passaram a me incomodar, sentavam sobre mim e me mordiam, mas mesmo assim, consegui dormi um pouco em meio à quentura. Minha mãe estava conversando sempre com os parentes que ali estavam, pois, desde 2012, ela faz essa viagem para Rio Branco e ela já conhece quase todos indígenas que ali estavam, porque muitos já estão há um bom tempo fazendo tratamento e morando na CASAI de Rio Branco. Em meio aquela instituição, que controlava o horário das pessoas para comer, tomar banho, dormir e se cuidar, via minha mãe se movimentando com tranquilidade, negociando o que queria, subvertendo o controle que lhe era imposto. As práticas de poder que pretendem impor aos indígenas passam a ser subvertidas pelos próprios indígenas, não se transformando em vítimas passivas, mas pequenas situações revelam a resistência e estratégias de subversão acionadas, por exemplo, por minha mãe.

Antes de ir ao centro de Rio Branco com minha mãe, eu fui tomar banho, mas havia faltado água novamente e tive que tomar banho no centro da CASAI, onde há uma caixa d'água. Depois que dormi um pouco, levantei e tomei um banho e me dirigi até a sala da coordenação para falar que era estudante da Universidade de Brasília, que estava acompanhando minha mãe

e além do acompanhamento, eu estava fazendo uma pesquisa sobre meu povo *Puyanawa* e também queria conhecer como era executado o atendimento de saúde indígena na CASAI de Rio Branco e com os *Puyanawa*. Fui muito bem recebido pelos funcionários que ali estavam, inclusive pelo gerente de enfermagem na CASAI de Rio Branco, o enfermeiro João Paulo de 31 anos.

O enfermeiro e outros atendentes ficaram maravilhados quando falei que era estudante da Universidade de Brasília, do curso Ciências Sociais/Antropologia. Ele me disse que estava disposto a me conceder uma entrevista, mas que naquela tarde não podia porque tinha muita coisa para fazer e ir a uma reunião. Estaria disponível na quarta-feira a partir das 15h. Aproveitei também para conversar com um estudante do curso de enfermagem da Universidade Federal do Acre que ali estava. Depois disso, fui conhecer e caminhar pela CASAI, fui atrás do parente Erivaldo *Katukina* para conversar, mas esse já tinha ido ao hospital visitar sua esposa.

Então, fui observar o espaço da CASAI, e contei quatorze ares condicionados em várias salas, mas nas salas que os indígenas dormem não havia nenhum. A falta de ventilação e o calor intenso tornam as noites insuportáveis e, onde estavam os indígenas, não havia ventilação ou ar condicionado. O banheiro também era um problema, havia somente uma privada semelhante a que os presos usam nas penitenciárias e não dava descarga. Quem usasse, tinha que jogar água depois. Sem falar no bebedouro que ficava no salão da

cozinha, pois não gelava água e a água caía os poucos da torneira. Fiquei pensando na situação de adoecimento que se encontram os indígenas, passando a viver em uma estrutura espacial e temporal que não conhecem e que se apresenta em condições precárias.

Eu estava seriamente preocupado com minha mãe, pois sua consulta ia ser na quarta-feira às 14h, e ela tinha me informado que o motorista iria para Cruzeiro do Sul na quinta pela madrugada e se o exame não acusasse nada, poderíamos pegar uma carona de volta. Estava preocupado em ver minha mãe dormindo naquelas condições, com pernilongos e o terrível calor, pensei que minha mãe fosse se sentir mal, mas ainda bem que ela conseguiu uma cama mesmo embaixo de um dos poucos ventiladores.

Voltando a circular pela CASAI, me senti um semi-presos, pois não podia sair, e tive que ficar muitas vezes sentado em alguns bancos vendo o tempo passar e esperar chegar a hora das refeições. Várias vezes eu fui ao portão de acesso na entrada e saída e fiquei lá vendo as pessoas, carros e motos que ali pela frente passavam. Comprei sorvete para mim e uma criança *Kaxinawa* de alguns vendedores que ficavam na frente do portão. Nos dois dias que fiquei na CASAI, o portão ficava aberto, porém não podíamos sair porque sempre tinha um guarda vigiando. Na terça-feira, à noite, tive sérios problemas para dormir, os pernilongos não paravam de me picar e a quentura estava insuportável, além do mais, havia faltado água. Fiquei tão aperreado,

peguei meu colchão e coloquei mesmo na frente da porta do quarto, mas não teve jeito, os pernilongos não paravam de picar. Então passei a noite naquele sofrimento.

Pelo menos eu estava conformado em saber que minha mãe não estava passando por aquela situação. Até que, enfim, a manhã de quarta-feira chegou, pude descansar melhor, mesmo com as moscas me incomodando. Dormi bastante e depois fui almoçar, e me preparar para fazer a entrevista enquanto minha mãe estava na consulta. Então, enquanto minha mãe foi à consulta mostrar seu exame, eu fiz minha esperada entrevista com o enfermeiro João Paulo. Por volta das 14h, peguei meu caderno de campo, meu celular, meu gravador e fui para a sala da coordenação esperar o enfermeiro. Ele demorou uns vinte minutos para chegar e enquanto isso, eu fiquei sentado numa cadeira da coordenação próximo a porta e fiquei observando os indígenas. Ele me convidou para outra sala dentro da coordenação e começamos a entrevista. Ele me explicou como funciona a saúde indígena no Acre, sobre a estrutura de funcionamento, que apresenta somente um Distrito Sanitário Especial Indígena. A partir desse Distrito são distribuídos os Polos Base de atenção à saúde nas aldeias. E lá são realizados, de acordo com o enfermeiro, os mesmos programas de atenção básica que acontecem nas cidades, ele deu muita ênfase a essa semelhança dos programas de saúde realizados nas cidades e nas Terras Indígenas, independente de etnia, cor,

pertencimento social.

As Casas de Saúde Indígena são uma especificidade do subsistema de saúde indígena, pois esse tipo de unidade não é adotado no SUS como um todo. Sua principal atribuição é o apoio ao paciente indígena em trânsito nos centros urbanos para realizar exames ou tratamento. Assim, essas Casas são locais que oferecem suporte para os indígenas, os quais não contam com o mesmo quando se deslocam para o espaço urbano. Assim, podemos definir a Casa de Saúde Indígena como um cenário misto de hospedagem e centro de atendimento de saúde. Autores como Coimbra et al. (2002), Santos & Coimbra (2003), Santos & Coimbra (2008), Garnelo et al. (2003), Vianna (2006), Weiss & Zanchetta (2006), e Erthal (2003) analisaram o SASI, especialmente determinadas situações de alguns DSEIs. Essas análises apresentam discussões sobre o atendimento descontínuo e de baixa qualidade técnica em área; alta rotatividade e/ou falta de profissionais para realizar o atendimento; e falta de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações de saúde.

Esse conjunto de condições precárias tem agravado a saúde dos indígenas nas próprias aldeias. Os serviços em área deixam a desejar, assim problemas de saúde que poderiam ser resolvidos nas aldeias, são encaminhados para as cidades. Essas remoções superlotam as Casas de Saúde Indígena e são um prejuízo aos povos indígenas com remoções que interrompem suas rotinas de vida. Além disso, persistem a mortalidade infantil, doenças

transmissíveis e outros adoecimentos (Escobar et al. 2003; Garnelo et al. 2003; Coimbra et al. 2002; Cardoso et al. 2005). E, nas cidades, o cenário não é diferente.

Minha mãe e outros indígenas são “contemplados” com essa política de saúde indígena. Na aldeia Barão nós temos um Posto de Saúde para atender as aldeias Barão e Ipiranga. Temos profissionais de saúde indígena. Dentro da comunidade, também, temos os dois motoristas Sandro Cordeiro e Joaquim, além de termos o carro dentro da própria comunidade. Temos duas pessoas que trabalham na busca de casos de malária. Temos dois agentes que trabalham no controle da água, os Agentes Indígenas de Saneamento Básico (AISAN). Mesmo assim, quando vivemos, por exemplo, essa experiência de estar na CASAI, há uma situação de controle sobre nós e condições muito precárias no cotidiano de estar aqui, não somos tratados com dignidade.

Após a entrevista com o enfermeiro João Paulo, saí para ir ao quarto onde estava e minha mãe já estava lá e me falou que o exame não tinha acusado nada. Fiquei tremendamente feliz. Minha mãe Enedina, já sofreu muito na vida igual a todos os *Puyanawa*. Ela me relatou que quando era criança, dormia em cima de palhas de buritis, passava a semana apenas com uma muda de roupa. A necessidade na época era enorme. Ela relatou que sofreu muito com sua irmã mais nova. Passavam o dia pelo mundo pedindo um pouquinho aqui, um pouquinho acolá, e muitas vezes não conseguiam nada. Ela e sua irmã dormiam sem nenhuma proteção

e os morcegos chupavam seus sangues. Elas não estavam na aldeia.

Minha falecida avó teve que ir trabalhar em Cruzeiro do Sul para poder ganhar algum dinheiro para comprar alguma coisa para minha mãe e sua irmã. Minha mãe contou que um morcego chupou a cabeça de minha tia, que passou a ter ferimentos no local que não foi tratado, foi muita luta para poder sarar aquela enfermidade. Não fiz uma entrevista direta com minha mãe, sua história está na minha vida, no meu corpo e na minha memória, me emociono muito com sua história de vida. Éramos reféns do poder severo e cruel de um coronel e seus herdeiros. E me pergunto como deveria ser a vida das mulheres indígenas. Porém, analiso que ainda somos reféns, mas de outros poderes, poderes esses que são implantados sem consultar os povos indígenas, o povo *Puyanawa* muitas vezes não tem a oportunidade e o direito de ter voz em determinadas tomadas de decisões que irão impactar em nossas vidas. Algo ocorre, pois conquistamos direitos e ainda somos violentados ao usufruir desses direitos.

Minha ida às CASAIs de Mâncio Lima e Rio Branco foi muito significativa, porque percebi que ainda somos cativos e oprimidos por muitas políticas de Estado. Não é nada fácil trabalhar com povos indígenas, a CASAI, ao meu ver, ainda, falta caminhar muito para atingir um nível mais digno e que resolva os problemas dos indígenas. Não culpo os profissionais de saúde que atuam lá, pois vi que esses também são muito ocupados com muitas demandas da instituição e fazem o possível para

atender todos que ali estão, mas as pessoas estão despreparadas, não conhecem os povos indígenas, vigoram os estereótipos. Na segunda noite que estive na CASAI de Rio Branco, dois indígenas fugiram e não voltaram, então a segurança e os coordenadores reafirmaram que o muro é para evitar as fugas e até mesmo o contato porque tem muita gente doente. Em suma, esses são os estigmas que nos marcam, não sabemos nos cuidar, não sabemos tomar decisões e, no contexto de saúde, somos doentes e passíveis de contaminar os não-indígenas. Quando os indígenas fogem, alguns vão pedir ajuda na rua, se prostituem, roubam e, algumas vezes, a Polícia Federal já foi levar indígenas que estavam bêbados causando bagunça na cidade. São leituras simplistas de uma realidade densa de ser indígena em uma sociedade racista. Me pergunto qual é o nosso espaço na cidade, onde estamos, onde vivemos, podemos estar em todos os lugares. Há muita coisa a ser feita pelos povos originários dessa terra, que não tem saúde de qualidade e que são obrigados a submeter a um modo de vida que não é o seu. A CASAI representa apenas uma instituição que somos obrigados a nos submetermos a suas regras.

Depois de receber a notícia que o exame da minha mãe não tinha acusado nada, nos preparamos para a longa viagem até Mâncio Lima o qual faço questão de contar a viagem de volta. Minha mãe e eu levantamos por volta das 5h da manhã porque o motorista tinha avisado que neste horário ele ia estar na CASAI para pegar os passageiros,

então já tínhamos arrumado nossas coisas e eu estava querendo muito voltar. Alguns indígenas também já tinham se preparado para a viagem, mas antes, o motorista foi até a coordenação solicitar pelo menos um suco com bolacha para que alguns indígenas comessem na viagem. Fiquei assustado quando vi um bebê de dois meses junto com sua mãe, porque eles também iam fazer a viagem. O suco com bolacha foi cedido pela coordenação da CASAI, entramos na VAN e iniciamos a viagem de volta.

Pela manhã, a viagem foi até tranqüila, mas a partir das onze horas, os problemas começaram a aparecer. A mãe do bebê *Kaxinawa* só tinha levado uma fralda descartável e o bebê tinha urinado na fralda. A quentura estava quase insuportável dentro da VAN. Descemos em alguns pontos para lancha e os *Kaxinawa* ficavam dentro da VAN, pois notei o mesmo problema deles em relação aos *Katukina*. A mãe do bebê e o tio dela que ia junto, não tinham levado nenhum dinheiro. Mesmo com a fralda cheia de urina, o bebê dormia sobre os bancos da VAN e aquilo me causou comoção e infelizmente não podíamos fazer quase nada. Em alguns momentos eu jogava um pouco de água mineral sobre o bebê e também dava alguns assopros para ver se afastava um pouco da quentura. Pouco podíamos fazer porque de uma cidade para outra é muito longe e demorava horas para chegar às cidades mais próximas, até que chegamos no município de Tarauacá e minha mãe pediu para que o motorista parasse para podermos comprar água e também comprar

fralda descartável para o bebê *Kaxinama*. Depois de comprarmos água e a fralda, reiniciamos a vigem de volta.

Novamente passamos por várias cidades e chegamos à cidade de Cruzeiro do Sul por volta das 19h30 da noite porque estava chovendo muito forte. Passamos quase uma hora rodando pela cidade deixando passageiros e só depois chegamos à CASAI de Mâncio Lima por volta das 21h. Na CASAI de Mâncio Lima, notei mais problemas, fui usar o banheiro e não tinha água. Minha mãe pediu para que ligassem a água e depois de meia hora, a água voltou. Eu estava sentindo muito frio e fortes dores de cabeça. Tive problemas para dormir por causa do frio e pedi para desligarem o ar condicionado. Levantei da cama, fui tomar um calmante e encontrei o senhor Oliveira nos corredores.

Mesmo me sentindo mal, eu parei um pouco para conversar com o senhor Oliveira. Ele disse que estava ansioso porque na quarta ia sair da CASAI, ia aproveitar a carona de um amigo. Antes de eu ir para o quarto, a enfermeira fez um indígena levantar da cama para eu poder me deitar, não tinha cama para todos e não sei onde ele foi dormir. A coordenação alega que as camas são apenas para o enfermo e o acompanhante, mas vários indígenas quando vão para as CASAIs levam a família toda e isso gera um sério problema. Só aceitei a cama porque infelizmente eu não estava bem e precisava descansar. Eu tinha quase certeza que estava com malária por causa dos sintomas.

Confesso que estava exausto da viagem, meu corpo tremia com frio, eu estava meio fraco, pensei que era malária por causa das terríveis noites que passei em Rio Branco. Furei o dedo, mas não deu malária, descobri depois que tinha sido por causa da viagem e das noites que passei sem dormir na CASAI de Rio Branco. Após passar a noite sofrendo com frio e dor de cabeça, eu levantei cedo e arrumei minhas coisas juntamente com minha mãe para voltarmos para casa. Já tínhamos avisado um primo para vim nos encontrar. Na saída, encontrei novamente o senhor Oliveira, conversamos um pouco, mas meu primo tinha acabado de chegar. Notei que na minha saída, vários indígenas foram ao portão e ficaram olhando, pareciam detentos querendo sair. Olhei com um olhar sentimental, me despedi e fui embora com minha mãe. Vários sentimentos e pensamentos me acompanharam após aqueles dias.

REFERÊNCIAS

- Baniwa, G. 2014. Indígenas Antropólogos. *Novos Debates*. 2 (2):1-11.
- Cardoso, A. M., Santos R., Coimbra, C. 2005. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cadernos de Saúde Pública*. 21:1602-8.
- Coimbra, C., N. Flowers, F. Salzano, R. Santos. 2002. *The Xavante in transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Erthal, R. 2003. A Formação do Agente de Saúde Indígena Tikuna no Alto Solimões: uma avaliação crítica. In: Coimbra Jr., C.,

R. Santos, e A. Escobar. *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz. pp. 197-216.

Escobar, A., Santos R., Coimbra C. 2003. Avaliação nutricional de crianças indígenas Pakaánova (Wari'), Rondônia, Brasil. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*. 3:457-61.

Goffman, I. 1974. *Manicômios, prisões e conventos*. SP: Ed. Perspectiva

Garnelo, L., Macedo G., Brandão L. 2003. *Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.

Garnelo, L. 2012. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: Garnelo, L. & Pontes, A. *Saúde Indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: SECADI-MEC.

Santos, R. & Coimbra, C. 2003. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: Coimbra, C. R. Santos, A. Escobar. (org.). *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ ABRASCO, pp. 13-47.

Santos, R. & Coimbra, C. 2008. Saúde indígena. In: *Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, organizador. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 128-30.

Souza, L. & Santos, R. 2001. Perfil demográfico dos Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso, 1993-1997. *Cadernos de Saúde Pública*. 17:355-65.

Vianna, F. 2006. O novo modelo de atendimento. In: Ricardo, Carlos Alberto; Ricardo, Fany (Orgs.). *Povos indígenas do Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Edição Instituto Socioambiental, v., pp. 131-133.

Weiss, B. & Zanchetta, I. 2006. Saúde, Caos e Retrocesso. In: Ricardo, C. &

Ricardo, F. (Orgs.). *Povos indígenas do Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Edição Instituto Socioambiental, pp. 134-137.



Foto: Puyanawa (Foto: Jones Constant)